

**DIAGNÓSTICO RURAL PARTICIPATIVO  
PROJETO DE ASSENTAMENTO AGROEXTRATIVISTA  
SANTANA  
ATIVIDADE COMPLEMENTAR**



**Ponta de Pedras – Marajó – Pará  
Novembro-2014**

## **Dados Gerais**

Projeto

**ATER-Marajó – Chamada Pública 01/2013 – INCRA SEDE  
Ano 2013 – Lote 19**

Realização

**Instituto Peabiru**

Diretor

**João Meirelles Filho**

Equipe Técnica e de campo

**Thiara Fernandes**

**Rosemiro Rodrigues**

**Paula Vanessa Silva**

**Ana Rachel Broni**

**Ediana Tavares**

**Elvesson Ferreira**

**Gilberto Azevedo**

**Gilberto Oliveira**

**Elaine Gouvêa**

**Pedro Santos**

Estagiárias

**Karlla Tavares**

**Thaíssa Oliveira**

Elaboração do documento

**Paula Vanessa Silva**

Revisão

**Thiara Fernandes**

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>4</b>
<b>2. DESCRIÇÃO METODOLÓGICA.....</b>	<b>5</b>
A. ANÁLISE FOFA .....	6
B. LINHA DO TEMPO .....	6
C. CALENDÁRIO AGRÍCOLA .....	6
<b>3. RESULTADOS ALCANÇADOS.....</b>	<b>7</b>
3.1. <i>SITUAÇÃO ATUAL DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL</i> .....	9
✓ Fortalezas.....	9
✓ Oportunidades .....	9
✓ Fraquezas .....	10
✓ Ameaças.....	10
3.2. <i>ATIVIDADES PRODUTIVAS ATUAIS E POTENCIAIS</i> .....	11
✓ Calendário Agrícola .....	11
✓ Linha do tempo .....	18
<b>4. AVALIAÇÃO DA REUNIÃO DIAGNÓSTICO RÁPIDO PARTICIPATIVO (DRP).....</b>	<b>22</b>
<b>5. CONCLUSÃO .....</b>	<b>23</b>
<b>6. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>24</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Neste documento são apresentados os resultados do Diagnóstico Rural Participativo (DRP) do Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) Santana, localizado no município de Ponta de Pedras – Marajó - Pará. A atividade faz parte das ações previstas na Chamada Pública 01/2013 INCRA Sede, Lote 19 (Ponta de Pedras e Cachoeira do Ararí) para Projetos de Assentamento Agroextrativistas. O mesmo tem como objetivo implantar atividades produtivas sustentáveis familiares e coletivas, assim como processos de comercialização, visando à segurança alimentar, a inclusão produtiva e social das famílias beneficiárias da reforma agrária, especialmente de mulheres e jovens, e o incremento da renda.

A primeira etapa deste processo foram as **Visitas para diagnóstico da unidade familiar** (atividade 1.2), realizadas entre os meses de junho a julho de 2014, que consistiam na aplicação de questionários às famílias assentadas, os quais abordaram aspectos econômicos, sociais, ambientais e produtivos. A segunda etapa é a **Elaboração de diagnóstico das atividades produtivas e dos empreendimentos familiares e/ou coletivos das comunidades beneficiárias** (atividade 1.3). O Diagnóstico Rural Participativo (DRP) “é um conjunto de técnicas e ferramentas que permite que as comunidades façam o seu próprio diagnóstico e a partir daí comecem a autogerenciar o seu planejamento e desenvolvimento” (VERDEJO, 2006).

Desta forma, para iniciar esse processo de planejamento e desenvolvimento do PAE Santana, foi realizado no dia 05 de setembro de 2014, uma reunião para aplicação do DRP, o qual teve como objetivo compreender o perfil das famílias assentadas em questões diretamente relacionadas às atividades produtivas e aos empreendimentos comunitários, por meio de discussões entre os beneficiários da política de reforma agrária. Não obstante, tais discussões foram conduzidas para abordar os seguintes temas propostos:

- Situação atual da organização social;
- Situação das atividades produtivas atuais e potenciais;
- Situação dos empreendimentos comunitários atuais e potenciais;
- Situação da comercialização dos produtos;
- Identificação de ameaças e oportunidades.

Entretanto, devido ao número de comunidades e famílias que compõem o PAE Santana, assim como as distâncias entre as mesmas, foi realizado no dia 14 de novembro de 2014, um diagnóstico para complementar as informações sobre o PAE, com intuito de obter informações que representassem a diversidade do mesmo.

Para tanto, foi utilizado o mesmo roteiro metodológico (anexo a este documento) usado na primeira oficina, em que estão descritas as ferramentas de abordagem participativa, utilizadas na moderação da oficina pelos técnicos do Instituto Peabiru.

## 2. DESCRIÇÃO METODOLÓGICA

Para a realização do diagnóstico a equipe do Instituto Peabiru fez uso da abordagem participativa, metodologia de trabalho utilizada na instituição, com intuito de assegurar o envolvimento dos integrantes na atividade e nas ferramentas propostas, pois permite ao pesquisador responder perguntas sobre *que* tipo de conhecimento se quer e necessita, a *quem* se dirige e *quem* vai dele se beneficiar (GOMES, 2001), e desta forma possibilite que o resultado do diagnóstico se aproximasse da realidade local<sup>2</sup>. Além da reunião coletiva completaram o diagnóstico, entrevistas individuais com informantes-chave que auxiliaram na compreensão da dinâmica do assentamento.

As informações foram anotadas com pincéis coloridos, em cartolinas de diferentes cores e/ou tarjetas, algumas vezes pelos facilitadores da oficina e em outras pelos próprios participantes. Os cartazes resultantes da aplicação das ferramentas foram afixados nas paredes do local onde a oficina foi realizada e ficaram expostas durante toda a reunião para auxiliar na condução da mesma, sendo consultadas sempre que necessário, tanto pelos facilitadores da oficina, quanto pelos participantes.

Como procedimento metodológico, a primeira parte da oficina foi direcionada a esclarecer o objetivo da reunião, e explicar aos participantes da mesma, o que é o Diagnóstico Rural Participativo e ressaltar sua finalidade no contexto do projeto, assim como as etapas que serão realizadas após o mesmo. Também foi realizada uma nova apresentação da equipe técnica e dos assentados, com nome e a atividade desenvolvida e/ou profissão.

No encerramento foi realizada uma dinâmica de avaliação, denominada *dinâmica do alvo*, a qual possibilitou aos presentes na reunião, representarem em três níveis (bom, médio e ruim) o grau de satisfação em relação a atividade realizada, comunicação dos técnicos, alimentação fornecida, espaço para as crianças e tema abordado. Foi construído um alvo e foram dados adesivos onde os mesmos afixaram no campo do alvo que representasse seu grau de a sua satisfação.

As ferramentas utilizadas para facilitar a oficina foram:

**a. Análise FOFA**

- **Objetivo:** identificar, analisar e visualizar a situação atual do grupo, a partir da percepção dos associados, com intuito de conseguir um fortalecimento organizativo;
- **Abordagem:** os facilitadores explicam o objetivo da ferramenta, fazendo com que os participantes reflitam sobre as fortalezas, debilidades, fraquezas e ameaças a organização a qual pertencem enquanto os moderadores tomam notas nos cartazes, anotando os pontos discutidos.
- **Resultado:** Quadro final da avaliação contendo as fortalezas, oportunidades, fraquezas e ameaças para o grupo.

**b. Linha do tempo**

- **Objetivo:** descrever os fatos cronologicamente que ajudaram a chegar até o momento no qual estamos;
- **Abordagem:** Discutir e construir coletivamente, onde cada participante descreve os fatos e identifica o período do tempo em que ocorreu. Indo ao quadro e escrevendo o fato histórico
- **Resultado:** Um mapa sobre a linha do tempo das principais atividades e anotações de relatos que o grupo achar necessário.

**c. Calendário agrícola**

- **Objetivo:** identificar os períodos de safra e entressafra dos recursos naturais utilizados pelas famílias ao longo do ano.
- **Abordagem:** será construída uma matriz com todos os meses do ano em um cartaz. Em seguida são identificados os recursos naturais utilizados pelas famílias e de maneira paralela, estes identificam os meses de safra e entressafra.
- **Resultado:** matriz com os períodos de safra e entressafra da produção local.

### 3. RESULTADOS ALCANÇADOS

A seguir é apresentada a sistematização das informações obtidas por meio da moderação dos técnicos do Instituto Peabiru. Conforme citado anteriormente, foram realizados dois diagnósticos no PAE, dividindo assim o território em dois polos para facilitar a logística, garantindo a presença dos assentados na atividade:

- ✓ Polo I Comunidades: Santana, Porto Santo, Rio Fábrica e Tartarugueiro;
- ✓ Polo II Comunidades: Laranjeira, Guajará e Rio Craíru.

Neste segundo diagnóstico, a atividade foi realizada no Polo II, da qual participaram 12 mulheres e 13 homens, que somados representam aproximadamente 7% dos assentados.

Antes de dar início à aplicação das ferramentas de diagnóstico, a equipe do Instituto Peabiru, fez um retrospecto das ações já realizadas no PAE, além de citar quais ainda estão por vir e abriu um espaço para que as famílias informassem as dúvidas sobre o desenvolvimento do projeto. Houve questionamento em relação ao valor do projeto e sobre o papel da instituição no assentamento, conforme as falas a seguir.

*“Tem algumas coisas que agente escuta muito, queria que vocês reforçassem os valores, se vai chegar algo para as comunidades, se é para os assentamentos”- Sr. Babi (Assentado do PAE Santana).*

*“Gostaria de saber qual é o real papel de vocês, se tem a ver com governo federal, se vem alguma verba para nós” - Sr. Wagner (Assentado do PAE Santana).*

A equipe de facilitares do diagnóstico elaborou um cartaz (figura 1) para demonstrar como está e será utilizado, o recurso captado pelo Peabiru na assistência técnica aos cinco assentamentos que compõem o lote 19, que de maneira resumida são as seguintes: reuniões coletivas, diagnóstico da unidade familiar, oficinas de capacitação, visitas técnicas, pagamento da equipe, logística, alimentação e infraestrutura.

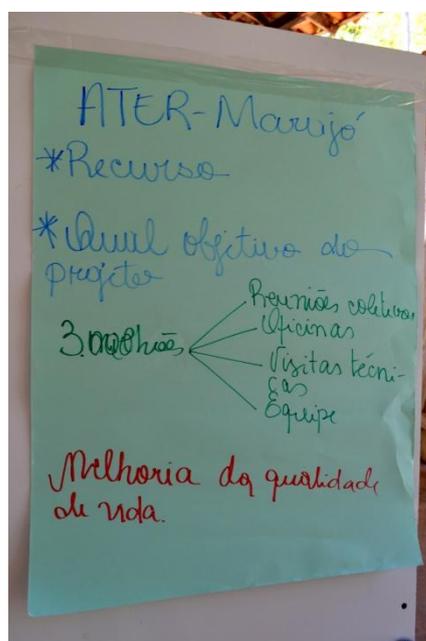


Figura 1: Representação do uso do recursos da chamada pública de ATER.

Também foi ratificado que não há recursos financeiros à serem distribuídos aos assentados, o objetivo do projeto e do Peabiru, é a melhoria da qualidade de vida das famílias assentadas - com prioridade às mulheres e os jovens – por meio da otimização das atividades produtivas e a comercialização dos produtos do extrativismo realizado pelas famílias, como por exemplo, o manejo do açaí para aumentar a produtividade na entressafra, período que o preço da rasa é maior, o que consequentemente pode aumentar a renda familiar neste período. Em fim, prestar assistência técnicas às famílias, tanto para o bom manejo dos recursos naturais, como para sua organização.

### 3.1. SITUAÇÃO ATUAL DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL.

Com intuito de compreender a situação das organizações sociais do Polo II, foi aplicada a ferramenta análise FOFA, sendo identificadas as principais:

- Associação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Porto Santo – ASTRAEPS;
  - Associação da Comunidade de Remanescente de Quilombo do Tartarugueiro – ARQTP;
- Associação dos Trabalhadores Extrativistas do Rio Crairú;
- Colônia de Pescadores Z – 24;
  - Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – STTR;
  - Associação de Pescadores do Lago Arari – APEALA (atua nas 7 comunidade do Pae Santana. Muitos das comunidades estão associado.)

#### ✓ Fortalezas

Foi observado que os assentados reconhecem a importância de estarem ligados à alguma organização que os represente, visto que, por meio da atuação das mesmas as famílias conseguem acessar benefícios que, de maneira individual, seria mais burocrático, por exemplo, políticas sociais como a aposentadoria e seguro defeso, os quais alguns assentados puderam obter por meio da atuação da colônia de pescadores Z-24.

Também foi citado o autorreconhecimento de moradores como quilombolas, devido desempenho da Associação da Comunidade de Remanescente de Quilombo do Tartarugueiro (ARQTP), assim como a existência de políticas sociais específicas para este público.

As famílias também destacaram a ação da igreja. Mesmo esta não se configurando em organização formal, a igreja desempenha um papel fundamental no combate as drogas, visto que há um trabalho constante de evangelização que é realizado pela mesma nas comunidades.

#### ✓ Oportunidades

Em relação às oportunidades, as famílias destacaram que por meio da articulação das organizações sociais, como a ASTRAEP, com o poder público local as famílias puderam ter acesso a saúde.

Também foi destacada a articulação da paróquia de Ponta de Pedras com padres italianos, para construção de uma igreja na comunidade Tartarugueiro.

#### ✓ **Fraquezas**

Sobre as fraquezas, foi destacada a baixa participação dos sócios em atividades relacionadas às organizações sociais, como reuniões e assembleias, assim como a falta de credibilidade em ações de instituições/organizações externas, devido a fatos ocorridos em tempos remotos (será explicado no item ameaças), falta de conhecimento dos direitos e deveres quanto sócios e falta de união entre os mesmos em busca de melhorias para a comunidade e para os associados.

Em relação à Colônia de Pescadores Z-24, houve divergência de opinião entre os presentes na reunião, sendo ressaltado que esta não tem atuação no PAE, conforme pode ser observado nas falas a seguir:

*“Sou sócio da colônia e nunca vi atuação nenhuma dela. Para mim não vejo colaboração nem uma da colônia” – Sr. Elidio (Assentado do PAE Santana).*

*“A colônia não facilita nada muitas vezes. Existem muitas fraquezas e poucas fortalezas” – Sr. Paulo (Assentado do PAE Santana).*

*“Muitas coisas a Colônia poderia ta trazendo para nós, como médicos, plano funerário. A declaração para a aposentadoria, licença maternidade, seria uma fortaleza, pois tudo provem junto com a colônia. E importante que nós associados estejamos unidos” – Sr. Babi (Assentado do PAE Santana).*

#### ✓ **Ameaças**

Em relação às ameaças, foi citada a criação de uma comissão para representar as famílias no processo de constituição do assentamento. Esta foi criada e legalizada pelo INCRA. Entretanto, segundo os assentados, a mesma não atuou de forma transparente e foi ineficiente em atender as

demandas para a qual foi criada, desta gerou sentimento de desconfianças e falta de credibilidade das famílias em relação a organização social.

Em relação à ação de instituições/organizações externas, foi observada a falta de credibilidade gerada pela atuação da Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa (FADESP), fato que é ratificado na fala a seguir:

*“A FADESP junto com a assistência social do município fizeram oficinas de capacitação de manejo do açaí. Todos os beneficiados do Bolsa Família tiveram que participar, disseram também que iriam dar uma ajuda de custo de R\$ 100,00 reais e certificados e nada se concretizou,enviamos varias vezes os documentos necessário mais nada aconteceu.” –Sr. Babi (Assentado do PAE Santana).*

*“Disseram para nós que quem participassem de um curso que estavam ministrando não precisaria participar da reunião de recadastramento do Bolsa Escola. O curso não valeu de nada nem certificado recebemos, ou seja, quem não participou da reunião esta correndo o risco de perder a bolsa” – Srª. Lauriete (Assentado do PAE Santana).*

Outra situação indicada foi à falta de credibilidade no INCRA, segundo Sr. Delmiro “O INCRA não é bem visto por nós assentados”, fato que está relacionado não resolução da situação das casas no assentamento<sup>1</sup>.

### 3.2. ATIVIDADES PRODUTIVAS ATUAIS E POTENCIAIS

#### ✓ **Calendário Agrícola**

Com a aplicação da ferramenta, pode ser identificado que as famílias do polo II do PAE Santana, trabalham principalmente com o extrativismo do açaí (*Euterpe oleraceae*), peixe e camarão, além de fazerem a coleta de oleaginosas como andiroba (*Carapa guianensis* Aubl) e frutíferas como manga (*Mangifera* sp.) e bacuri (*Platonia insignis* Mart).

---

<sup>1</sup> Essa informação será melhor descrita no item Linha do Tempo.



Figura 2: Identificação dos produtos do extrativismo no Calendário Agrícola

A safra do açaí acontece entre os meses de julho e dezembro. O destino final dos frutos é, geralmente, o comércio do Distrito de Icoaraci, local mais acessado pelas famílias do PAE. Em relação à comercialização, foi observada a presença de dois atores, o arrecadador – pessoa que compra o açaí das famílias – e o marreteiro – pessoa que possui embarcação compra a produção direta dos extrativistas, ou dos arrecadadores, e comercializa fora do assentamento (figura 3).

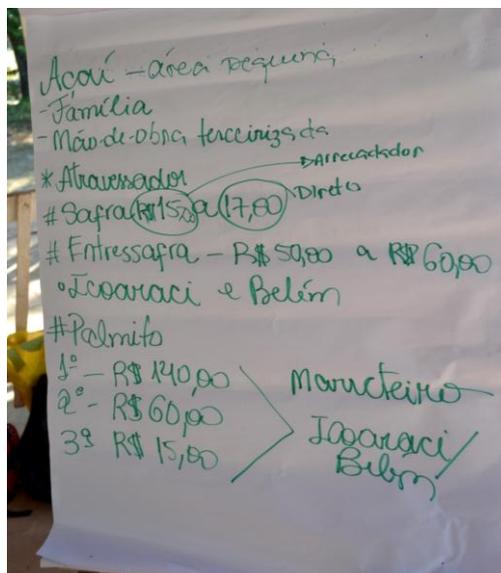


Figura 3: Sistematização das informações sobre o extrativismo do açaí.

Em se tratando de preço, os arrecadadores compram das famílias a “rasa” por R\$ 15,00 e repassam para os atravessadores por R\$ 17,00. Não obstante, na entressafra, quando há menor disponibilidade de frutos, a mesma rasa é vendida entre R\$ 50,00 e R\$ 60,00, direto para os atravessadores.

Foi observada que, a coleta de açaí é uma atividade que envolve toda a família, entretanto, existem algumas que terceirizam mão de obra para realizá-la, “contratam” peconheiros. Não há dinheiro envolvido, o pagamento pela contratação é feito com a própria produção, conforme ilustrado a seguir.

**Situação 1:** Açaizal manejado pelo proprietário da área.

- O peconheiro recebe parte da produção, menos da metade. A quantidade acertada com o dono da área.

**Situação 2:** Açaizal não é manejado pelo proprietário da área.

- O peconheiro recebe 50% da produção, chamada de “meia”.

No período da entressafra é realizado o manejo dos açaizais, a partir dessa atividade é retirado o palmito como subproduto, o qual é comercializado diretamente aos marreteiros, que

levam a produção para o Distrito de Icoaraci, para uma fábrica chamada Karina do Cruzeiro. Os preços variam de acordo com a qualidade do palmito, conforme pode ser observado a seguir:

Palmito de 1º: R\$ 140,00 o cento;  
Palmito de 2º: R\$ 60,00 o cento;  
Palmito de 3º: 5 ou 10,00 o cento;

Outra atividade desenvolvida no assentamento é a **captura de camarão, realizada principalmente de maio a julho (figura 4). Os materiais utilizados para a captura são: matapi (feito da tala de miriti, de garrafa pet e de tecido), e redes de arrasto malha 15 mm. Entretanto uma técnica citada como comum neste polo é a “gapuia”, um tipo de captura realizada em um lago, do qual é retirada a maior parte da água com auxílio de baldes e os camarões são coletados com o auxílio de um paneiro.**

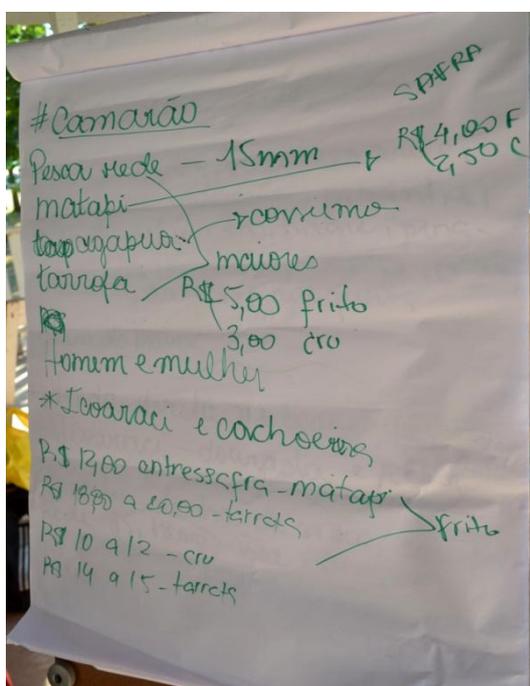


Figura 4: Sistematização das informações sobre a captura do camarão.

A comercialização é feita diretamente aos marreteiros, que levam a mesma geralmente para o Distrito de Icoaraci e para o município de Cachoeira do Arari, entretanto, também é comum a comercialização dentro do próprio assentamento. O preço varia conforme o período do ano e se o mesmo é comercializado *in natura* ou beneficiado. Em relação ao beneficiamento, foi citado que após a despesca, estes são colocados para cozer com sal, o final do produto é chamado de “camarão frito”.

**Tabela 01:** Preço médio do camarão repassado aos marreteiros.

Tipo de captura	Preço por quilo	
	Safra	Entressafra
<b>Tarrafa</b>	Frito: 5,00	Frito: 20,00
	In natura: 3,00	In natura: 14,00
<b>Matapi</b>	Frito: 4,00	Frito: 12,00
	In natura: 2,50	In natura: 10,00
<b>Rede</b>	Frito: 5,00	—
	In natura: 3,00	

**Fonte:** Dados coletados na oficina de DRP.

Conforme citado anteriormente, a atividade da pesca é umas das principais fontes de renda das famílias do PAE. Entre os meses de maio e dezembro, esta é realizada para a comercialização (figura 5). De janeiro a abril, período do defeso, a pesca é realizada apenas para autoconsumo, entretanto, foi citado que devido a demora na liberação do Seguro Defeso, alguns extrativistas pescam com intuito de comercializar, para continuar obtendo renda para sustentar a família.

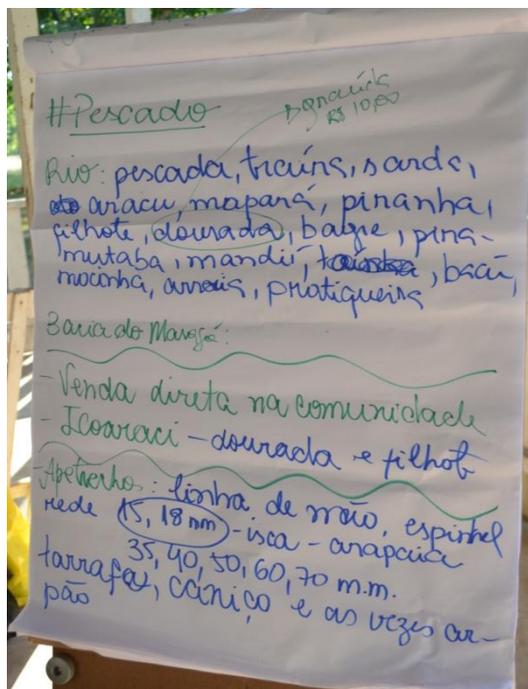


Figura 5: Sistematização das informações sobre a pesca do peixe.

A pesca é realizada tanto nos rios das comunidades, quanto na Baía do Marajó, denominada pelos ribeirinhos como “pesca de mar”. Não há horário predeterminado, em ambas situações o pescador depende da dinâmica da maré para realizar a atividade. As espécies mais extraídas pelas famílias são: *pescada*, *sarda*, *dourado*, *mapará*, *traíra*, *aracú*, *piranha*, *filhote*, *bagre*, *piramutaba*, *piaba*, *mandií*, *praticuera*, *bacú*, *arraia* e *mocinha*.



**Figura 6:** Pescador com isopor usado para transporte de peixe e diferentes espécies de peixe.

Em relação à comercialização, esta é feita diretamente para os marreteiros que levam para o mercado do Distrito de Icoaraci, ou para os próprios moradores do assentamento. O valor do peixe varia de acordo com a espécie e o tamanho, por exemplo, o filhote custa em média R\$ 12,00, já a dourada aproximadamente R\$ 10,00.

Para realização da pesca, os apetrechos mais comuns são: espinhel, linha de mão, caniço, tarrafa e rede de malha, nos números: 35 mm, 40 mm, 50 mm, 60 mm e 70 mm; e esporadicamente o arpão. Não obstante, foi citado o uso das redes de malha 15 mm e 18 mm para fazer a capturar peixes a serem utilizados como isca, sendo espécies comuns, nominadas de *arapaia* e *sardinha*. Em relação ao armazenamento e beneficiamento, o pescado é depositado em isopores com gelo e sem nenhuma espécie de tratamento.

Foi observado que algumas famílias cultivam roça para produção de farinha, entretanto, não realizam a venda a é utilizada para consumo, pois a produção é baixa devido a falta de estrutura, como forno, casa de farinha e equipamentos, conseqüentemente, a maior parte das famílias compra

farinha. Não obstante, comercializam o tucupi cozido por R\$ 3,00 a garrafa de 2 litros e a goma por R\$ 4,00/kg, essa produção é distribuída nas feiras do Distrito de Icoaraci e do município de Ponta de Pedras.

Sobre a andiroba, foi citado que a coleta acontece nos meses de janeiro e fevereiro, período da safra. Esta atividade está relacionada ao universo feminino. Algumas mulheres, além da coleta, fazem a extração do óleo, utilizando um processo tradicional. O litro do óleo é vendido para o atravessador a R\$ 25,00 no inverno, e R\$ 30,00 no verão. Essa diferença de preço foi ressaltada, pois segundo as extrativistas, no verão o óleo fica com mais qualidade. As amêndoas também são comercializadas, o paneiro com amêndoas, que contem mais ou menos 13 kg, é repassado aos marreteiros por R\$ 5,00.

Em relação às frutíferas foi observado que:

✓ Bacuri

**Safra:** Dezembro à Março

**Comercialização:** venda direto aos marreteiros

**Destino final:** Distrito de Icoaraci e feiras de Belém.

**Preços:** os frutos são repassados por R\$ 40,00 e 50,00, variando a quantidade de frutos que é repassada por este valor. Por exemplo, um bacuri de tamanho grande equivale a R\$ 1,00, já o médio são duas unidades por R\$ 1,00 e o pequeno são três.

**Observação:** o local de maior produção é a comunidade Porto Santo

✓ Manga

**Safra:** janeiro à Março

**Comercialização:** venda direto aos marreteiros.

**Destino final:** Distrito de Icoaraci e feiras de Belém.

**Preços:** é repassada em milheiro, a manga comum sai por R\$ 50,00 o milheiro e outras variedades como a manga bacuri, peito rachado e espada – denominadas pelas famílias como de raça – são repassadas por R\$ 100,00.

✓ **Linha do tempo**

Para nos auxiliar na compreensão das transformações ocorridas no assentamento, principalmente as relacionadas à paisagem, foi construída uma linha do tempo com os assentados, a partir de seus relatos. Não obstante outros aspectos também foram observados e incluídos, pois podem ter relevância para os planos de desenvolvimento do assentamento.

Em relação à comunidade Tartarugueiro, foi citado que formação desta teve início com a chegada de um casal, senhor Melaquides e dona Julieta, ele escravo alforriado vindo do Estado do Maranhão e ela das Ilhas Mexianas, por volta de 1880. A família recebeu uma proposta do antigo dono da área, para cuidar da propriedade, que hoje corresponde a comunidade, por meio de uma negociação antes do governo de Augusto Monte Negro. A comunidade recebe este nome porque existiam muitas tartarugas na área. Possui hoje 45 famílias.

Em relação a mudanças na paisagem, sobre as comunidades Tartarugueiro e Porto Santo, foi destacado que os açazais eram nativos, a limpeza das áreas, só passou a ser realizada por volta da década de 1970, a qual era feita em mutirões pelas famílias que residiam no local. Nesta mesma década algumas famílias começaram a comercializar o açaí, o qual era repassado aos marreteiros que faziam o transporte da produção para o Distrito de Icoaraci em barcos a vela.

Ainda sobre a década de 70, as famílias citaram um pequeno conflito por terra. Uma pessoa que se dizia proprietário da área mandou derrubar árvores e retirar açazais. Como providência, as famílias fizeram uma denúncia as autoridades legais, o que fez com que a pessoa se sentisse ameaçada e deixasse a área.

No início da década de 1980, surgiram na região os primeiros barcos a motor, as casas eram de palha.

Em relação aos recursos naturais, foi citada que na comunidade Porto Santo, a pesca do peixe e do camarão era realizada apenas para autoconsumo, não obstante, na comunidade Tartarugueiro, foi observada uma diminuição na quantidade e no tamanho pescado, ainda na década de 70, pois neste período teve início a pesca industrial, a qual se constituía numa fonte de renda para as famílias.

Em relação as políticas sociais, foi citado que no ano de 1994, cinco famílias tiveram acesso ao Seguro Defeso pela primeira vez na comunidade Tartarugueiro.

No ano de 1998 houve a divisão dos terrenos para cada morador, o qual media 41 m x 200 m. neste mesmo ano, houve a construção de uma estrada de terra para ligar Tartarugueiro à comunidade Santana, o que facilitou o deslocamento das famílias.

Em relação ao açaí, foi citado que a partir do ano 2000, a comercialização passou a ser de grande escala. Neste mesmo ano, foi realizado um mutirão para limpeza dos açais, o qual teve as ferramentas financiadas pela Associação dos Trabalhadores do Tartarugueiro. As famílias também receberam nesta época, instrução de técnicos da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) para realização do manejo nas touceiras de açaí. Segundo os extrativistas, antes do manejo as famílias coletam apenas 4 rasas por dia, esta quantidade atualmente é maior, não obstante as famílias não conseguiram informar qual a produção atualmente. Também foi realizado neste ano o cadastro de aproximadamente 50 famílias, pela associação da comunidade Porto Santo, para o acesso ao Seguro Defeso.

No ano de 2002, o Serviço Social da Indústria (SESI) em parceria com parceria Associação Movimento dos Pescadores do Pará MOPEPA, Movimento Nacional dos Pescadores (MONAPE) e com o Grupo de Trabalho Amazônia Rede-GTA, financiaram cursos de Direitos Previdenciários, Associativismo e Cooperativismo e Acesso a crédito. Em 2003 o Ministério do Meio Ambiente (MMA) com parceria com a Rede-GTA, conceberam um projeto para o Desenvolvimento e Compra de apetrechos de pesca.

Ainda sobre cursos de capacitação, as famílias citaram que no ano de 2006, a associação local com o apoio do MOPEPA, MONAPE, GTA, SENAR, a Pastoral e o Governo Federal financiaram alguns cursos de capacitação aos moradores da comunidade do Tartarugueiro, entre eles: apicultura, turismo e olericultura. Também citado que neste ano, a comunidade do Tartarugueiro foi reconhecida como Território Quilombola – informação a ser verificada junto ao INCRA.

Em relação à constituição do assentamento, foi citado que em 2006, aconteceram as primeiras reuniões e discussões em relação ao mesmo. Neste mesmo ano formou-se uma comissão, que era composta por dois representantes das lideranças locais, os quais foram designados como responsáveis pelas atividades financeira e administrativa da comissão; um do STTR e outro da FETAGRI. Esta comissão representava as 7 comunidades que compõem o PAE Santana, deveria auxiliar as famílias no acesso ao fomento de R\$ 18.000,00 para construção das casas no assentamento, entretanto, nunca houve prestação de contas deste recurso, e, de acordo com os informantes, legalmente as famílias estão cadastradas como se já tivessem acessado o recurso e construído as casas, porém a realidade foi diferente, conforme pode ser observado nas falas a seguir.

*“Quase ninguém possui a cópia do contrato das casas que iriam ser construídas, muitos assinaram sem nem saber o que era. Só teve um morador que estava com a cópia e por meio da justiça conseguiu a construção de sua casa” - Sr. Babi (Assentado do PAE Santana).*

*“No Porto Santo existe uma senhora que na época desse projeto mandaram ela derrubar sua casa porque iriam construir uma nova, até hoje só existe as pedras dessa construção, é triste ver a situação dessa senhora hoje” - Sr. Elidio (Assentado do PAE Santana).*

Os moradores acreditam que houve desvio dessa verba, que seria destinada a construção das casas, até o momento da reunião, os assentados não tiveram acesso a nenhuma justificativa a cerca desse recurso, esperam que o INCRA, ou uma das outras organizações envolvidas, possa esclarecer e prestar contas.

Entre os anos de 2008 e 2010, cinco pessoas da comunidade participaram de cursos profissionalizantes que foram: contabilidade, gestão, marketing, viabilidade econômica e cooperativismo e associativismo. Neste mesmo período, mais precisamente em 2009, os moradores da comunidade denunciaram o INCRA por causa das casas mal feitas e não feitas.

A primeira comissão, criada em 2006 atualmente está extinta, uma nova foi constituída em 2013, com o objetivo de rever os problemas da primeira. Houve eleição para escolher os representantes, por meio de voto direto e duas chapas disputaram a eleição. Foram escolhidos presidente, secretário e tesoureiro, os quais eram pessoas do próprio assentamento, apesar de esta ter sido registrada em cartório, os beneficiários citaram que a mesma não funciona.

Nos anos de 2013 e 2014, foi destacada a atuação do Instituto Peabiru para atividade de Assistência Técnica e Extensão Rural.

Em virtude desse conflito, que é muito presente e significativo na vida dos assentados, há um descrédito desse público em relação ao trabalho do Instituto Peabiru, questionando, principalmente o uso do recurso destinado ao projeto, além de esvaziamento das reuniões coletivas.

Em nosso ponto de vista, os questionamentos sobre o uso do recurso é uma característica positiva, entendemos que essa fiscalização parte do pressuposto que este grupo está disposto a colaborar com a atividade e avaliar o bom desenvolvimento dela.

No entanto, o esvaziamento das reuniões é uma questão preocupante, reflete o total descrédito dos beneficiários.

Sugerimos que o INCRA invista esforços para identificar o que aconteceu com o recurso destinado a construção das casas, e esclareça os moradores.

#### 4. AVALIAÇÃO DA REUNIÃO DIAGNÓSTICO RÁPIDO PARTICIPATIVO (DRP).

Em relação à avaliação da atividade realizada, esta foi considerada boa por 69%, médio por 31% e ruim por 0% dos participantes da oficina, conforme pode ser visualizado na dinâmica do alvo (figura 8).



Figura 78: Atividade de avaliação da oficina.

De maneira qualitativa, os participantes consideram a reunião boa, pois algumas questões foram esclarecidas, como qual o papel do Instituto Peabiru e o objetivo do projeto, além de ser informado onde serão utilizados o recurso recebido por meio da chamada pública de ATER.

*“Eu achei Bom, por causa do curso, eu não sabia o que era e fiquei até com medo de vir, por causa das coisas que já aconteceram aqui” - Sr. Wagner (Assentado do PAE Santana).*

Foi citada também que houve falta de interesse de algumas famílias em participar da atividade, fato que deixou algumas pessoas insatisfeitas, pois na oficina de diagnóstico realizada na

comunidade Santana no dia 02 de setembro, algumas famílias solicitaram que a próxima atividade fosse realizada no Tartarugueiro.

Outra situação exposta foi que algumas mulheres destacaram que, mesmo sendo elas titulares na Relação de Beneficiários, não participam de reuniões, pois os temas geralmente são relacionados aos homens, a pesca ou ao açaí, não há espaço para as mulheres. Solicitaram que durante o desenvolvimento do projeto haja espaço de debate e organização de atividades voltada para esse público.

## 5. CONCLUSÃO

Com a realização da oficina, foi observado que há falta de credibilidade em relação às organizações sociais que atuam no assentamento, como foi o caso das comissões constituídas para gestão dos créditos de instalação às famílias assentadas.

Portanto, sugerimos que o INCRA invista esforços para identificar o que aconteceu com o recurso destinado a construção das casas, e esclareça os moradores.

Além disso, há queixas da falta de atividades da Colônia de Pescadores Z-24, que segundo as famílias, muitas vezes burocratiza processos, como acesso ao seguro defeso e/ou aposentadoria. Além, disso foi observado que há no assentamento a atuação de uma associação que tenta reconhecer a comunidade como território quilombola, ou seja, há um conflito em relação à políticas públicas.

Em relação às atividades produtivas, foi observado que a principal fonte de renda é dividida entre duas atividades, o açaí de julho a dezembro (período da safra), o peixe nos demais meses do ano, quando as famílias não estão fazendo a coleta do açaí, além disso, o seguro defeso representa uma grande “ajuda” as famílias.

Sobre o açaí, foi observado que na entressafra, o preço da rasa aumenta mais que o dobro, de R\$ 17,00 para R\$ 60,00. Entretanto, a produção é muito baixa, pois a maior parte das famílias não realiza o manejo, faz apenas a limpeza dos açazais. Desta forma, uma intervenção que será feita pelo Instituto Peabiru são as oficinas de capacitação para manejo de açazais, planejamento da produção, viabilidade econômica e acesso a mercados diferenciados.

Em relação à comercialização dos produtos, esta é feita geralmente, direto aos marreteiros que distribuem a produção dos extrativistas, principalmente ao comércio no Distrito de Icoaraci. Aparentemente, esta relação extrativista-marreteiro, não é conflituosa, entretanto as famílias tem possibilidade de acesso a outros mercados e a programas do governo como Programa Nacional Abastecimento Escolar (PNAE) e o Programa Aquisição de Alimentos (PAA), para tanto, há necessidade de mostrar as famílias, por meio das oficinas de capacitação, informações sobre mercados diferenciados.

Na comunidade Tartarugueiro, foi identificada a coleta e extração do óleo de andiroba, entretanto, não foi possível saber qual a capacidade produtiva da mesma, pois as mulheres nunca quantificaram a produção, não obstante sabe-se que é baixa e não há mercado garantido. Também foi observada a comercialização de frutíferas como manga e bacuri para as feiras do Distrito de Icoaraci. Por meio de parcerias, como por exemplo, com Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), as famílias poderiam aprender técnicas de beneficiamento para agregação de valor para estes produtos, para que ele possa se constituir em fonte de renda, em outros períodos do ano, e não apenas na época da safra.

## 6. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FERNANDES, V. L. A; VICENTINI, R. N.; BATISTA, V. da S. **Caracterização do uso de malhadeiras pela frota pesqueira que desembarca em Manaus e Manacapuru Amazonas.** Acta Amazônica. vol. 39(2) 2009: 405 – 414.

GOMES, J. C. C. **As técnicas participativas na pesquisa agrícola: fundamentos teóricos e algumas dificuldades práticas.** In: Markus Brose. (Org.). Metodologia Participativa - Uma introdução a 29 instrumentos. 1 ed. Porto Alegre: Tomo Editorial Ltda, 2001, v. 1, p. 287-294.

VERDEJO, M. E. **Diagnóstico Rural Participativo: Um guia prático.** Revisão e Adaptação: Décio Cotrim e Ladjane Ramos, Secretaria da Agricultura Familiar, Ministério do Desenvolvimento Agrário. Gráfica da ASCAR – EMATER-RS. 2006. 62p.

Travessa Ó de Almeida 1083  
66053-360 Reduto Belém Pará  
F 55 91 3222 6000  
[peabiru@peabiru.org.br](mailto:peabiru@peabiru.org.br)  
[www.peabiru.org.br](http://www.peabiru.org.br)

